

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 299

Período: 02/08/2008 a 08/08/2008

GEDES – Brasil

- 1- Discussões sobre a Lei da Anistia
- 2- Realização de uma nova operação combinada na Amazônia
- 3- Para ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, reativação da IV Frota reafirma necessidade da reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras
- 4- Navio de combate será incorporado na frota da Marinha
- 5- Onze militares são acusados de entregar jovens a traficantes no Rio de Janeiro

1 – Discussões sobre a Lei da Anistia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Nelson Jobim, ministro da Defesa, assumiu posição contrária à defendida por Tarso Genro, ministro da Justiça, em relação à Lei da Anistia (1979). No dia 31/06/08, foi discutida a possibilidade de mudança na Lei com o fim de autorizar a punição a militares envolvidos em torturas e assassinatos ocorridos durante o regime militar (1964-1985). O Ministério da Justiça organizou a discussão dessa questão, porém, para Nelson Jobim, não se deve mudar a Lei, pois se trata de uma situação já superada. Ao ser indagado sobre a chance de haver brechas no texto da lei que permitam a punição dos agressores, Jobim disse que esta é uma situação que cabe ao Judiciário julgar. Enzo Martins Peri, comandante do Exército, disse a Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, que o assunto deve ser encerrado. Tarso Genro e Paulo Vanucchi, ministro dos Direitos Humanos, declararam que suas posições são pessoais, e devem ser contextualizadas dentro de “um debate do Estado democrático de Direito”. Em declaração à *Folha*, assessores e ministros afirmaram que Lula possui uma posição moderada sobre esse assunto, porém, reconhecem a existência do debate e de divergências acerca do tema. Celso de Mello, ministro do Superior Tribunal Federal (STF), declarou que a Lei não deve ser modificada, afirmando que a Lei atendeu a todos e não apenas a algum grupo específico, citando inclusive a Corte Interamericana de Direitos Humanos. O general da reserva Gilberto Figueiredo, presidente do Clube Militar, considerou que essa possível mudança da Lei prejudicaria os guerrilheiros que lutaram contra a ditadura. No dia 06/08/08, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Figueiredo criticou a posição de Genro (que defende a punição a agentes do Estado violadores dos direitos humanos durante o regime), dizendo que a situação já foi controlada e que há outras, mais recentes, que demandam atenção da Justiça, como os indícios de ligação entre as Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) e a cúpula do governo. Para Figueiredo, existem arquivos judiciais registrados que demonstram ações de delito dos guerrilheiros. O general da reserva considera impossível aplicar a Lei a apenas um lado, no caso o lado dos militares. O almirante José Julio Pedrosa, presidente do Clube Naval, considera essa tentativa de revisão da lei como “política”. No entanto, algumas entidades de defesa dos direitos humanos e familiares de perseguidos políticos apóiam a idéia de revisão da Lei da Anistia. Para o presidente do Fórum dos Ex-Presos e

Perseguidos Políticos do estado de São Paulo, Raphael Martinelli, “a anistia não tem nada a ver com o torturador, o criminoso, ela foi feita para quem lutou contra o estado de exceção”. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Justiça estaria empenhado em deixar a Lei da Anistia de lado, mas sabe que sua revogação está acima do seu escopo, portanto, Tarso Genro estaria defendendo que os agentes do Estado, torturadores, vão à Justiça e sejam punidos, já que entende que a ordem jurídica da própria ditadura fora violada. Porém, segundo o jornal, se essa interpretação fosse levada a cabo, nenhum torturador seria punido, visto que os governos militares mantiveram intacto o Código Penal e, portanto, nada seria crime por motivação política, apenas infração da lei penal. A coluna explica que o regime de exceção se manifestava no poder de cassar mandatos e suspender direitos de cidadania. Segundo o mesmo jornal, Tarso Genro e Paulo Vanucci amparam as organizações que exigem que a Lei da Anistia seja levada à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a fim de ser declarada sem efeitos. A coluna ainda defende que é inadmissível que ambos os ministros sejam favoráveis à revogação dessa lei, já que dessa maneira já colocaram as Forças Armadas em alerta e dividiram o governo. Os procuradores da República de São Paulo, assim como outros estudiosos, defendem que os agentes do Estado deveriam ser punidos cível e criminalmente, afirmando que a Lei da Anistia não possui poder de anistiar os agentes públicos, já que os crimes foram cometidos contra a humanidade e não podem ser considerados crimes políticos, por terem sido cometidos por agentes do Estado. Katheryn Sikkink, cientista política da Universidade de Minnesota, e Peter Kornbluh, da organização não-governamental National Security Archives, afirmam que a sensação de impunidade gerada pela Lei contribui para o aumento da violência no país. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, réu em duas ações civis por torturas durante seu comando no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) –, escreveu um relatório no qual afirma que sua família abrigou Tarso Genro na época do regime militar; Ustra procura, dessa forma, demonstrar que possui boa índole e que seria, portanto, incapaz de cometer atos de tortura. No dia 07/08/08 realizou-se no Clube Militar o seminário “A Lei da Anistia – Alcance e Conseqüências”, no qual estavam presentes militares da reserva e da ativa, que transformaram o seminário em um ato público contra a possibilidade de punir agentes de Estado violadores dos direitos humanos durante a ditadura militar. O principal argumento em defesa da Lei da Anistia – e contra a punição dos torturadores – foi dado pelo ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Waldemar Zveiter, segundo o qual “quando a Lei da Anistia foi promulgada, não existia a tipificação do crime de tortura, o que só ocorreu em 1997”. No encontro ocorreram muitas críticas ao governo federal e protestos, do lado de fora, de estudantes e parentes de desaparecidos políticos. Para a colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, Eliane Cantanhêde, a reunião no Clube Militar geraria desconforto em certos setores do governo, já que, no Clube, nunca se consegue saber se os militares falam por si só ou em nome de outros militares que, por estarem na ativa, não podem dizer certas coisas. Ela ainda afirmou que Genro cometeu um erro ao ressuscitar a questão da anistia após três décadas e que os militares também erraram ao reagirem “fora de hora e de dimensão”; além disso, disse ela, ninguém lucra com a situação, e os

participantes da reunião no Clube Militar poderiam passar por defensores da tortura, o que seria um fato deplorável. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/08/08; Folha de S. Paulo – Opinião – 07/08/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 08/08/08; Jornal do Brasil – País – 02/08/08; Jornal do Brasil – País – 08/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/08/08; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 07/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/08/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/08/08).

2 – Forças Armadas realizam operação combinada na Amazônia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, iniciou-se em 05/08/08 a ação combinada do Exército, Marinha e Aeronáutica, denominada “Operação Poraquê”, que abrange o estado de Roraima, desde Caracaraí, parte da região norte do Amazonas, até a Usina Hidroelétrica de Balbina, a Calha do Rio Negro e a zona da Cabeça de Cachorro, nos limites de São Gabriel da Cachoeira. A operação conta com a participação de 3.500 militares e, de acordo com o Ministério da Defesa, terá um custo de R\$ 13 milhões e se estenderá até o dia 15/08/08. Desde a criação do Ministério da Defesa, em 1999, já foram realizadas oito operações na região Amazônica, mas pela primeira vez serão utilizados os aviões Mirage 2000C e F5-M e o Grupo Lançador de Foguetes Astros-II. O principal objetivo do exercício é o treinamento de métodos de defesa das fronteiras por terra, água e ar, além da realização de atendimentos médicos, odontológicos, inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), emissão de carteira de identidade e a distribuição de material escolar para a população carente da região. Para o general Augusto Heleno, comandante do exercício e titular do Comando Militar da Amazônia, “esses ensaios visam a manter a capacidade de atuação da tropa no teatro de operações da floresta”. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/08/08).

3- Para ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, reativação da IV Frota reafirma necessidade da reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a IV Frota norte-americana, criada em 1943 com o objetivo de conter a ameaça comunista e desativada em 1950, voltou a navegar em águas do Atlântico Sul em julho de 2008. O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, afirmou que a reativação da IV Frota fortalece a necessidade de reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras, com foco na Marinha. Unger declarou que o propósito imediato é a proteção do mar brasileiro das forças inimigas e reafirmou a intenção do governo de expandir a frota nacional e construir o submarino nuclear. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 06/08/08).

4- Navio de combate será incorporado à frota da Marinha

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a corveta Barroso, moderno navio de combate munido de canhões, mísseis e torpedos, que demorou quatorze anos para ser construída (processo iniciado ainda no

governo de Itamar Franco), será incorporada à frota da Marinha no dia 19/08/08. O navio custou cerca de 263 milhões de dólares e sua conclusão sofreu atrasos devido ao corte de verbas e aos contingenciamentos do orçamento da Força, mas teve aprimoramentos, apesar de manter a idéia de emprego, qual seja, escoltar, reconhecer e intervir rapidamente. Novas tecnologias foram incorporadas, o que não significa que sejam de última geração. Haverá uma festa de entrega da corveta, na qual o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o comandante da Marinha, almirante Júlio de Moura Neto, devem confirmar o programa de construção de 27 navios leves de patrulha no país. Segundo Moura Neto, esta seria a melhor forma da Marinha estar mais próxima das plataformas petrolíferas. As embarcações deverão custar 88 milhões de reais e outra licitação, envolvendo mais quatro embarcações, foi aberta no mês de julho. Os sistemas digitais dos patrulhas permitem a atuação de forma integrada com outros navios e aviões em combate. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/08/08).

5- Onze militares são acusados de entregar jovens a traficantes no Rio de Janeiro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi onze o número de militares acusados pelo juiz da Segunda Auditoria do Rio, Edmundo Franca de Oliveira, por entregar três jovens do Morro da Providência, assassinados dia 14/06/08, a traficantes do Morro da Mineira. Eles foram acusados de deixar os jovens para serem mortos, conforme prometido aos traficantes, segundo a promotora Eliane Azevedo, e tomariam ciência do processo dia 07/08/08. O principal acusado é o segundo-tenente Vinícius Ghigetti que responde, conforme o Código de Processo Militar, por organização de grupo para prática de violência,liciamento para motim ou revolta, recusa de obediência e prevaricação. Somadas as penas resultariam em 16 anos de prisão e podem ser agravadas, já que em uma ação ocorreram mais de dois crimes. Os demais dez militares foram acusados apenas por organização de grupo para prática de violência e não terão direito a *habeas corpus*. A promotora não explica na denúncia como concluiu que o objetivo dos militares era matar os três jovens. O juiz Oliveira recordou que há desconfiança de que o tenente teria feito contato telefônico com traficantes e que, no Exército, não se compreende a forma como Ghidetti entrou com um caminhão militar na favela e não foi rechaçado. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/08/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais), Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História; bolsista PIBIC/CNPq).